

Os enfoques preferenciais nos estudos rurais no IBGE

RIVALDO PINTO DE GUSMÃO
Geógrafo do IBGE

Os estudos geográficos do espaço rural nos últimos dez anos focalizaram sobretudo a organização agrária e se vincularam principalmente à preocupação de caráter classificatório. Entretanto, atualmente a abordagem da questão agrária está mais voltada para a apreciação do desenvolvimento das atividades agrárias e para a sua inserção num contexto mais abrangente de desenvolvimento regional.

Um primeiro trabalho dentro do enfoque eminentemente classificatório foi produzido com o objetivo de definir regiões agrícolas do Brasil que serviram de subsídios à construção das microrregiões homogêneas. O estudo foi elaborado em 1966/67 com base em dados censitários de 1960 complementados com dados de produção agrícola do Ministério da Agricultura que serviram a mapeamentos pelo sistema de pontos e coropletas, a nível de município. Para a delimitação das regiões agrícolas foi utilizado o procedimento elementar de superposição dos mapas elaborados (1).

Ainda na década de 1960 foi realizado um outro trabalho sobre regionalização agrícola, tendo a área de análise restrita a um estado brasileiro — o Paraná — cujo objetivo foi a experimentação de uma metodologia que se constituiu num primeiro ensaio de aplicação de índices e modelos estatístico-matemáticos à agricultura no Brasil (índices de diversificação e concentração de culturas e modelos de combinação de culturas de Weaver) (2).

No início da década de 1970, ainda com preocupação nitidamente classificatória, e tendo ainda como direcionamento o estudo da organização agrária, foi realizado o primeiro trabalho utilizando técnicas mais sofisticadas — a análise fatorial e análise de agrupamento. Este

estudo foi aplicado ao Estado do Paraná e teve como resultado a determinação de tipos de agricultura (3). Empregando essas mesmas técnicas da análise multidimensional foi efetuado, em 1974, um estudo de organização agrária da Região Sul (4). Segundo essa mesma linha de abordagem, técnicos da Fundação IBGE efetuaram estudos, a nível macrorregional, da organização agrária. Esses estudos regionais procuraram integrar esse tipo de análise ao emprego de índices e modelos estatísticos já utilizados em trabalhos anteriores da regionalização agrícola e à focalização das iniciativas governamentais de estímulos e incentivos à agricultura regional (5). Ainda o emprego da análise fatorial serviu a um outro tipo de propósito — o de reunir atributos da utilização da terra em categorias compósitas representadas pelas combinações de lavouras e rebanhos. Esse estudo focalizando a Região Sul identificou as dimensões diferenciadoras e os padrões espaciais de lavouras e rebanhos (6).

Os estudos efetuados em fins da década de 1960 e início da de 1970 caracterizaram-se fundamentalmente não só pela preocupação classificatória mas também pelo enfoque preferencial da organização agrária essencialmente restrito às suas características internas.

Já a partir de 1975 procurou-se imprimir um novo direcionamento às pesquisas agrárias através de um enfoque mais abrangente da própria atividade, da preocupação com o papel desempenhado pelos espaços rurais no desenvolvimento regional, com as interdependências entre o espaço urbano e rural e com avaliação dos efeitos da cidade sobre o meio rural.

Dentro dessas linhas de preocupação está em execução, previsto para um período de três anos, um estudo de desenvolvimento rural no Brasil (7). Tendo em vista a inexistência de estudos geográficos sobre desenvolvimento rural no Brasil, essa pesquisa teve como uma de suas preocupações básicas desenvolver, ampliar e procurar ajustar um quadro conceitual existente à realidade brasileira, buscar estabelecer indicadores para os conceitos e fixar uma metodologia para tratamento do tema de estudo.

Inicialmente procurou-se estabelecer os conceitos de modernização agrária, desenvolvimento agrário e desenvolvimento rural.

Considerou-se modernização agrária o processo de melhoria da agricultura pela adoção de técnicas modernas que são as que objetivam alcançar maior produtividade e rendimento, restringindo-se apenas às características inerentes ao processo de produção agrária (características de utilização da terra, de intensidade, de produtividade e rendimento da agricultura).

O conceito de desenvolvimento agrário seria mais abrangente, pois envolveria não somente a modernização mas também toda uma institucionalização ligada aos aspectos infra-estruturais, de apoio creditício e da pesquisa e extensão rural que, por sua vez, as vinculariam a necessidades do setor não agrícola.

Já o desenvolvimento rural é um conceito ainda mais amplo que incorpora o desenvolvimento agrário e a melhoria de condições de vida da população rural. Esses três conceitos colocam-se, assim, em níveis crescentes de abrangência: a modernização restringe-se às características inerentes ao processo de produção agrária; o desenvolvimento agrário incorpora a modernização e os aspectos institucionais a ela vinculados e o desenvolvimento rural é o mais abrangente, pois leva em conta também as condições sociais do meio rural.

Este estudo sobre desenvolvimento rural compreende, inicialmente, um trabalho de gabinete, a nível nacional que se desenvolveu a partir

da seleção, com base em dados censitários, de indicadores de modernização da agricultura, aos quais se aplicou a técnica da análise fatorial como propósito de identificar as estruturas de modernização da agricultura brasileira e os padrões espaciais que a elas correspondem. Essas estruturas diferenciadoras da modernização serão analisadas à luz de fatores e condições do desenvolvimento agrário. Os fatores são representados por elementos externos à atividade agrária a que apresentam grande potencial explicativo da modernização, enquanto as condições envolvem aspectos sociais e infra-estruturais gerais ou da atividade agrária e da população rural e que influem na atuação dos fatores.

A análise conjunta das estruturas de modernização e dos fatores e condições a ela vinculados será efetuada através das técnicas de correlação e regressão simples e múltipla visando a apreender os mecanismos explicativos da modernização agrária.

Paralelamente desenvolveu-se também, com indicadores extraídos do censo de 70, um estudo das condições de vida da população rural, focalizando sobretudo os aspectos de escolaridade, de atividade e renda da população, de condições de domicílios, da posse de bens e da disponibilidade de serviços. Empregou-se também, nesta etapa, a técnica da análise fatorial objetivando estabelecer as dimensões que diferenciam as condições de vida da população rural e os padrões ligados a essas dimensões.

Finalmente será efetuado um estudo do desenvolvimento rural através de análise fatorial em que as variáveis serão representadas por índices ou por indicadores: *factor scores* das análises aplicadas aos indicadores de modernização e aos de condições de vida da população rural e os indicadores de condições e fatores da modernização agrária que se mostraram com poder de explicação significativo. Essa análise permitirá chegar às dimensões do desenvolvimento rural brasileiro e aos padrões a elas vinculados. A organização espacial do desenvolvimento rural brasileiro será finalmente apreciada em termos de seu enquadramento num modelo teórico de abordagem ao desenvolvimento regional.

O desdobramento da etapa analítica com a consideração, em separado, de estudos de modernização, de condições de vida da população rural e de fatores e condições de melhoria das atividades agrárias, resultando numa seqüência relativamente numerosa de passos para que se chegasse, por fim, à consideração do desenvolvimento rural, justifica-se pela natureza ainda exploratória dos estudos geográficos de desenvolvimento rural no Brasil.

Por outro lado, o fato de se ter optado por uma primeira aproximação ao estudo do tema do desenvolvimento rural em escala nacional ligou-se fundamentalmente ao propósito de se obter uma visão global que resultasse na formação de um quadro da indicação de áreas de interesse para estudo em outras escalas da análise e de linhas preferenciais de estudo para as diferentes áreas.

Dentro desta mesma linha de preocupação de estudo de desenvolvimento rural está sendo desenvolvido na Divisão de Estudos Rurais um projeto resultante de um convênio entre IBGE e EMBRAPA para estudar a "Região do Cerrado" em suas características sócio-econômicas. Neste projeto são analisadas três linhas fundamentais: uma primeira, correspondente à consideração da organização do espaço agrário, com ênfase na modernização do processo de produção, uma segunda preocupação em abordar as características da população rural, objetivando a avaliar as condições de bem-estar da população e uma terceira voltada para a avaliação das características infra-estruturais de apoio e de incen-

tivo à melhoria da atividade agrária, como transporte, armazenagem, crédito rural, pesquisa e experimentação agrícola e extensão rural.

As duas linhas preferenciais adotadas nos estudos agrários realizados no IBGE nos últimos dez anos diferenciam-se fundamentalmente. A primeira restringiu seu enfoque analítico às características internas da organização agrária e se voltou essencialmente para fins classificatórios através de experimentação de índices de modelos estatístico-matemáticos. Já a linha de preocupação atual volta-se para a consideração mais abrangente da própria organização agrária através da análise de suas características internas e externas sob a ótica do desenvolvimento, para estudo do espaço rural e para a identificação das vinculações entre espaço rural e urbano. O tratamento mais abrangente dado às pesquisas rurais e a preocupação com o processo de desenvolvimento das atividades agrárias e com a melhoria das condições de vida da população rural pode conferir aos estudos em andamento um caráter pragmático na medida em que possam representar um subsídio para a ação do governo.

Estudos classificatórios são ainda hoje desenvolvidos na Divisão de Estudos Rurais, mas assumiram um outro papel que é o de fornecer subsídios para programas de desenvolvimento da agricultura. Neste caso encontra-se um projeto de tipologia de áreas de produção agrícola, recentemente implantado nessa Divisão e vinculado a um convênio com a CIBRAZEM, objetivando fornecer um quadro de conhecimento das condições da produção agrícola brasileira, necessárias para implementação de uma política nacional de armazenagem.

É especialmente importante num país como o Brasil, em que é elevado o percentual da população rural na população total, em que é considerável a contribuição da agricultura ao produto bruto nacional e em que as atividades rurais têm importância na organização espacial da economia nas áreas já integradas e naquelas que vêm recentemente se incorporando ao processo de produção, que as pesquisas rurais possam contribuir para o planejamento governamental em sua política de desenvolvimento de espaços rurais. É nesta linha de preocupação que estão sendo desenvolvidos os estudos rurais no Departamento de Geografia do IBGE, exemplo disto é o projeto de estudos rurais da Região do Cerrado, que se volta para um entendimento das formas de organização do espaço rural, visando a fornecer elementos úteis para as tomadas de decisão em termos de planos abrangentes de desenvolvimento rural num contexto regional.

BIBLIOGRAFIA

1. MESQUITA, Olindina Viana; SILVA, Solange Tietzmann; MAIA, Maria Elizabeth C. de Sá Távora. Regiões Agrícolas, in *Subsídios à Regionalização*, Fundação IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia, Rio de Janeiro, 1966, pp. 59-127.
2. MESQUITA, Olindina Vianna e SILVA, Solange Tietzmann. Regiões Agrícolas do Estado do Paraná: uma Definição Estatística in *Revista Brasileira de Geografia*, ano 32, n.º 1 — Fundação IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia, Rio de Janeiro, 1970, pp. 3-42.
3. KELLER, Elza Coelho de Souza. Tipos de Agricultura no Paraná, uma Análise Fatorial in *Revista Brasileira de Geografia*, ano 32, n.º 4 — Fundação IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia, Rio de Janeiro, 1970, pp. 41-36.
4. GUSMÃO, Rivaldo Pinto de. Estudo de Organização Agrária da Região Sul Através de uma Análise Fatorial in *Revista Brasileira de Geografia*, ano 36, n.º 1 — Fundação IBGE — Rio de Janeiro, 1974, pp. 33-52.
5. MAIA, Maria Elizabeth C. de Sá Távora. A Atividade Agrária in *Geografia do Brasil, Região Norte*, Fundação IBGE, Rio de Janeiro, 1977.
SILVA, Solange Tietzmann. A Atividade Agrária in: *Geografia do Brasil, Região Nordeste*, IBGE, Rio de Janeiro, 1977.
KELLER, Elza Coelho de Souza. A Atividade Agrária in: *Geografia do Brasil, Região Sudeste*, IBGE, Rio de Janeiro, 1977.
VALVERDE, Orlando. A Atividade Agrária in: *Geografia do Brasil, Região Sul*, IBGE, Rio de Janeiro, 1977.
MESQUITA, Olindina Vianna. A Atividade Agrária, *Geografia do Brasil, Região Centro-Oeste*, IBGE, Rio de Janeiro, 1977.
6. MESQUITA, Olindina Vianna e GUSMÃO, Rivaldo Pinto de. As dimensões Diferenciais e os Padrões Espaciais de Lavouras e Rebanhos do Sul do Brasil — *Boletim Geográfico*, n.º 246, IBGE, Rio de Janeiro, 1977.
7. MESQUITA, Olindina Vianna, GUSMÃO, Rivaldo Pinto de e SILVA, Solange Tietzmann. Proposição Metodológica para Estudo de Desenvolvimento Rural no Brasil — *Revista Brasileira de Geografia*, ano 38, n.º 3, jul./set., 1976, IBGE, Rio de Janeiro.